

O TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO E O TERRITÓRIO DA REFORMA AGRÁRIA: Um olhar para o Norte do Paraná

Aline Albuquerque Jorge¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo realizar um resgate histórico que compreenda as transformações territoriais, que com base nos interesses e relações de dominação, culminaram na construção dialética de dois territórios: de um lado o do agronegócio e de outro o da reforma agrária. Para isso, essa abordagem tomará como recorte espacial a porção Norte do Estado do Paraná. É válido destacar que essa publicação é oriunda de uma pesquisa de mestrado ainda em desenvolvimento, portanto, os assuntos abordados são partes das leituras e dos resultados já alcançados.

Palavras-chave: Agronegócio, Reforma Agrária, Território.

Introdução:

“O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si”.
(RAFFESTIN, 1993, p. 144)

Para tratar do tema proposto nesse trabalho, convém trazer algumas considerações acerca do território enquanto categoria de análise geográfica, que permeia as relações sociais e que pode ser escolhida como a lente para compreender a questão agrária.

Desta forma, cabe lembrar as palavras de (RAFFESTIN, 1993) que explica o território como posterior ao espaço, sendo assim, território é a representação do espaço apropriado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos.

Em suma, é no território que se projeta trabalho, ou ainda, de maneira mais nítida, território pode ser conceituado como “espaço-processo, um espaço socialmente construído”.
(HAESBAERT, 2004, p. 02).

Nessa concepção, o território é múltiplo, diverso e complexo, sua geração está associada com a multiplicidade de poderes, construídos pelos diversos sujeitos envolvidos. Essas relações, são, assim como Raffestin escreveu, intencionais e multidimensionais ou seja:

¹ Universidade Estadual de Maringá
albuquerquealine312@gmail.com

" (...) o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares". Portanto, seria inútil procurar o poder "na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde se irradiariam formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis" (RAFFESTIN, 1993, p. 52)

Sob essa ótica, tais relações de poder se constituem na busca por apropriação e dominação, seja da população, do espaço ou dos bens naturais. Tal controle, que visa, sobretudo recursos escassos, é uma preocupação típica do sistema capitalista, que em diversos momentos, vê a busca por territórios como produto essencial para a acumulação do capital.

Essa característica faz com que seja importante analisar as transformações territoriais de um dado recorte geográfico sob a perspectiva histórica, considerando que os objetivos que levam a construção de relações de poder em busca de dominação/apropriação variam no tempo, de acordo com as intenções econômicas embutidas.

Nesse sentido, a historicidade é parte mestre de qualquer estudo que busque abordar transformações territoriais e construção de territorialidades. Sendo assim, para falar da constituição e relação entre os territórios da reforma agrária e do agronegócio no Norte paranaense, será resgatado adiante a história de apropriação desse espaço, tendo como pano de fundo os ciclos econômicos que influenciaram esse processo e seus desdobramentos.

Do território indígena ao território do café: a transformação do espaço:

É conciso que o desenvolvimento do Norte do Paraná possui íntima relação com a cafeicultura, importante ciclo econômico que entra no Estado no final do século XIX, imprimindo uma série de características no espaço.

Tratar da apropriação dessa porção do território pelo café, incumbi a responsabilidade de ir na contramão da ideia "vazio demográfico", isto é, antes da marcha cafeeira seguir em direção as terras paranaenses esse espaço não estava desprovido de ocupação, existe uma história que não se soma a aquela dita como oficial.

Desta forma, a cafeicultura representou a dominação do território que antes era preenchido por povos autóctone, sendo que, a medida que o café incorpora novas áreas de produção, esses sujeitos ficam encurralados, e aos poucos somem do espaço e das memórias de uma parcela, prevalecendo o discurso hegemônico.

Nesse sentido, ao abordar as transformações territoriais na porção noroeste, Haracenko trata do esfacelamento do território desses primeiros habitantes e afirma que: "Antes da entrada

das empresas colonizadoras no Noroeste do Paraná e do fechamento completo das frentes de povoamento iniciada no começo da década de 1950, remanescentes de povos indígenas ainda eram encontrados nessa região”. (HARACENKO, 2007, p. 119 – 120).

Nesse contexto, o desaparecimento desses povos foi a resultante da nova configuração territorial que se instalou, embasada na propriedade privada. Como o estudo de (HARACENKO, 2007) explica, na medida em que a mata foi derrubada os índios ficaram expostos, sem meios de sobrevivência comuns à sua cultura.

Esses remanescentes resistiram a dominação de seu território, entretanto não puderam barrar o modelo de colonização capitalista que ali se instalava. O contato com o “não-índio” impôs uma série de mudanças culturais, além de trazer doenças que não eram comuns aquela população.

Em suma, na proporção que os projetos de colonização se expandiam, se processava o aniquilamento da primeira forma de ocupação do território Norte paranaense, em conjunto com a dizimação do grupo étnico que ali habitava.

O domínio desse território pela frente colonizadora refletiu na completa transformação da paisagem, em linhas gerais, a terra que era coletiva passou a ser privada, o que era mata virou cafezal.

A força desencadeadora desse processo surgiu no contexto das necessidades do capital. Em síntese, o Estado necessitava estimular projetos de desenvolvimento econômicos na região e via na cafeicultura o potencial necessário para o período.

O contexto em que a frente cafeeira segue para Paraná foi baseado na crise de mercado gerada nas zonas produtoras mais antigas. Essas crises, eram caracterizadas pela queda do preço final do produto, devido à períodos de produtividade maior que a demanda.

Como forma de regular o mercado, o poder público optou por medidas restritivas de cultivo nas áreas em que o café já havia se consolidado, a exemplo São Paulo e Minas Gerais. Esse contexto fez com que cafeicultores arraigados a atividade, enxergassem na porção Norte do Estado condições propícias para seguir com a frente produtora.

Sendo assim, a entrada da lavoura cafeeira no Paraná foi resultante dos incentivos dados pelo poder público, que via a cafeicultura como uma atividade sólida, capaz de proporcionar o desenvolvimento econômico necessário para a completa colonização do território.

Somado a isso, as condições naturais encontradas na região foram favoráveis a adaptação dessa cultura. Neste bojo, é possível afirmar que a instalação do café na porção Norte

“(…) foi produto da sintonia entre diversos fatores constituintes de um sistema, destacando-se as características físicas do solo e sua aptidão para determinadas formas de uso (...)” (NÓBREGA; SERRA, 2009, p. 198).

A frente de ocupação que surgiu com o café reorganizou o território de duas formas distintas. Isto é, em um primeiro momento, a penetração se caracterizou como espontânea, rápida, desordenada e conflituosa, sobretudo, considerando que grandes extensões eram apropriadas sem controle por parte do Estado e sem respeito a ocupação já existente.

Esse quadro é oriundo do fato de que “(...) na época adquirir terras no Norte do Paraná não significa comprar, transacionar terras devolutas, mas simplesmente tomar posse e depois requerer, como nos tempos de sesmarias, o direito de propriedade junto ao Estado” (SERRA, 1992, p. 70).

Tal conjuntura, leva o poder público no início do século XX a iniciar outra fase de penetração, agora por meio de projetos de colonização, que intencionavam resolver conflitos e dar outro tom ao arranjo territorial.

Mais tarde, esses projetos foram delegados a iniciativa privada, cujo trabalho se estendeu primeiramente sobre as áreas em que as características naturais favoreciam os interesses mercadológicos da época, ou seja, a lavoura de café.

Nesse cenário, a principal empresa colonizadora da região foi a CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná, que posteriormente, quando vendida a capital nacional, tornou-se a CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, responsável por uma área de 1.300.000 hectares.

Do ponto de vista da empresa, a colonização se apresentava como um rentável negócio, as terras eram adquiridas a baixo custo, na sequência, a Companhia se encarregava de instalar a infraestrutura básica para ocupação humana, realizava o planejamento e a divisão da terra, obtendo os lucros da atividade como garantia de comercialização.

A repartição da área contemplava a pequena e média propriedade, no geral eram lotes de “(...) cinco, dez, quinze alqueires, todos eles servidos por estradas de rodagem, com acesso a um curso d’água corrente e parte alta propícia ao plantio de café”. (CMNP, 1975, p. 146)

O modelo produtivo se sustentava na numerosa mão de obra familiar e na produção diversificada, o que divergia do sistema adotado nas zonas produtoras mais velhas, em que o café representava a monocultura de exportação desenvolvida em grandes propriedades.

Os cafeeiros plantados no Paraná fugiram da condição monocultora em grandes propriedades. Ao contrário, desenvolve a pequena e média propriedade, onde o lavrador e sua família eram partes da mão de obra da lavoura, o que diminuía o custo da produção e deixava margem de lucro satisfatória para a nova categoria de proprietários emergentes, pela redução do emprego de assalariados. Para os casos de propriedades médias onde a família não conseguia absorver em si mesma o trabalho, grande parte das terras eram mantida sem exploração à espera de melhores tempos, ou com pequeno número de colonos ou parceiros. O café não era produto exclusivo: as pastagens, o algodão, as lavouras temporárias, compunham um quadro diversificado da agricultura paranaense. (CANCIAN, 1981, p. 33)

Tais diferenças presentes na estrutura produtiva do Paraná são partes de um ajuste de mercado, isto é, quem se interessava em comprar terra na região Norte eram cafeicultores mineiros e paulistas e filhos de migrantes estrangeiros, que desde a chegada ao Brasil, esperavam a oportunidade de adquirir lotes.

Esses trabalhadores não eram capitalizados o suficiente para possuir grandes parcelas, seus lotes eram conquistados com base no parcelamento disponível pela Companhia, por isso, a oportunidade de comprar porções menores, capazes de absorver a mão de obra familiar e proporcionar a produção de subsistências e cultura comercial, casava com as necessidades dessa clientela.

Na bibliografia a empresa enaltece seus feitos, sobretudo destacando que aqueles que estabeleciam negócios com a empresa gozavam da justa repartição da riqueza, sem participar dos conflitos agrários que estouravam nas zonas cujo modelo colonizador ainda não havia chegado.

Enquanto se amiudavam as disputas entre posseiros e supostos donos em glebas pertencentes aos poderes públicos, na região que se estende de Londrina Umuarama, numa extensão de 350 quilômetros, os colonos obtinham tranquilamente os frutos da terra. Famílias vindas de todos os quadrantes do Brasil, na maioria das vezes tendo de seu unicamente a roupa do corpo, mas irmanadas no desejo de progredir, ali depositavam suas maiores esperanças (CMPN, 1975, p. 148)

Na mesma proporção, a colonizadora exprime que o projeto estabelecido possibilitou que as classes menos abastadas obtivessem acesso a terra, destacando seu trabalho como a “justa e pacífica reforma agrária”, realizada pelas mãos da iniciativa privada.

Até os trabalhadores mais humildes, graças à divisão da terra em lotes pequenos e às condições módicas de pagamento, conseguiram adquirir o seu pedaço de chão e nele semear suas esperanças. Desse trabalho resultou riquezas para muitos; do sistema de colonização que aceitaram decorreu a justa repartição dessa riqueza. E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária. (CMPN, 1975, p. 149 – 150)

Esse discurso causa certa hesitação, sobretudo, considerando que o interesse da empresa não era fazer a reforma agrária acontecer e sim atender o mercado, mesmo por que, antes de lotear e comercializar uma área é importante saber o perfil dos futuros compradores.

Além disso, a palavra “pacífica” parece discrepante, principalmente atentando ao fato de que o modelo colonizador se apropriou de um território, e ao contrário do que a Companhia expressa, esse espaço não estava desprovido de ocupação, ou seja, o que houve foi a conflituosa sobreposição de poderes, que desdobrou no aniquilamento de um povo e uma cultura.

Conforme o êxito da cafeicultura se espalhou, a região Norte se tornou polo de atração populacional. Os novos colonos eram oriundos de diversas áreas, todos motivados pelo sucesso da atividade.

Entre as décadas de 1950 e 1960 o Estado atingiu taxas de crescimento de 7,16% ao ano, segundo dados do IPARDES (2010). Esse processo refletiu no prolongamento natural da frente cafeeira, no sentido de nordeste à noroeste, incorporando os chamados três Nortes: Velho, Novo e Novíssimo, conforme detalha Serra (1992).

As três fases marcadas por avanços das lavouras cafeeiras são as seguintes: A) A primeira no Norte Velho, desde a divisa com São Paulo até o Rio Tibagi, a partir do final do século XIX e início do século XX culminando com a crise de 1929; B) Em seguida no Norte Novo, do Rio Tibagi, passando por Londrina, até às margens do Rio Ivaí, a partir de 1930, de forma lenta até o final da Segunda Guerra Mundial, acelerando posteriormente; C) Finalmente a terceira, do Rio Ivaí ao Rio Piquiri, no Norte Novíssimo e deste até o Rio Iguaçu, no Extremo Oeste Paranaense, entre 1940 e 1960, quando se encerra o expansionismo da cafeicultura no Paraná. (SERRA, 1992, p. 71 – 72)

O fim do alargamento da frente cafeeira se processou gradativamente a partir de 1960, combinando o término do estoque de terras com a geração de uma crise de superprodução, oriunda do fato de que quem comprava terra na região tinha como objetivo plantar café, proporcionando um estágio de produção maior do que demanda.

Desta forma, a porção noroeste foi a última a ser atingida pela cafeicultura, sendo o espaço em que a Companhia encerra seus trabalhos. A partir de 1975, após a grande geadas, concebida como “golpe de misericórdia”, o Estado passa a desestimular a produção cafeeira e a incentivar novos cultivos.

A medida que o café é retirado do campo paranaense, ganha força um novo modelo, cujo maior objetivo certamente foi consolidar as bases capitalistas na agricultura. Tal período, denominado de Modernização Agrícola trouxe profundas transformações territoriais e sociais.

Nessa perspectiva, o café representou a redefinição do território que antes pertencia aos povos originários, plantando a semente do modo de produção capitalista, através da apropriação

privada da terra, o que vem na sequência retrata o enraizamento desse sistema no espaço agrário.

A formação do território do agronegócio e a luta pela reforma agrária

O contexto em que a Modernização Agrícola se instala no Paraná é posterior ao restante do Brasil, ou seja, o sucesso da atividade cafeeira fez com que o Estado postergasse esse processo, passando pela fase da experiência e incorporando apenas aquilo que deu certo em outras áreas.

Entre os objetivos da Modernização estava inserir um novo modelo carregado de técnica, no qual fosse possível alcançar o aumento vertical da produção, isto é, já que “(...) a terra não é suscetível de multiplicação ao livre-arbítrio do homem”, (SILVA, 1981, p. 90) é preciso intensificar o grau de exploração, condensando mais riqueza.

Em suma, a Modernização foi o trajeto para introduzir materiais produzidos por empresas estrangeiras. Esse sistema, vinculado as transformações gerais da economia brasileira, no contexto da mundialização do capitalismo, reconfigurou a forma de se produzir e o arranjo territorial.

A substituição de culturas foi parte mestre desse processo, sendo o café trocado por monoculturas temporárias, tais como soja, milho e trigo, o que intensificou o uso do solo. Essa transformação conservou uma das principais características do modelo produtivo brasileiro, a de fornecer produtos para o mercado externo.

No novo modelo o plantio foi adensado, isto é, se antes o campo contemplava áreas para moradia, criação de animais, plantio de café e subsistências, nessa nova conjuntura a função da propriedade se limita a produzir apenas cultivos comerciais, o que reconfigurou o espaço rural e o tornou mais dependente do urbano, uma vez que agora o campo não supri mais certas necessidades.

Nessa circunstância, um pacote de insumos foi incorporado a produção, agora problemas com a fertilidade natural do solo podem ser corrigidos com adubos químicos, assim como eventuais pragas e doenças podem ser controladas por meio de “defensivos” e as safras conseguem ser cada vez mais produtivas com as sementes geneticamente modificadas.

Além disso, a agricultura passa a ser mecanizada, o que desdobra diretamente nas relações de trabalho, em razão que, de um lado a máquina substitui um número considerável de

trabalhadores, e de outro aumenta a exigência por uma mão de obra qualificada e inconstante, desdobrando no aumento da sazonalidade do emprego, assim como explica o autor supracitado.

(...) a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão de obra não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais. (SILVA, 1981, p. 30)

As modificações nas relações de trabalho foram completadas com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que impôs uma série de obrigações, as quais aproximavam as relações trabalhistas do campo com as do setor industrial urbano.

A soma desses fatores repercutiu na dispensa de inúmeros trabalhadores, muitos proprietários preferiam demitir ao invés de arcar com as novas obrigações trabalhistas, além do mais, as culturas adotadas exigiam mão de obra menos numerosa do que o café, concentrando maior quantidade de empregos apenas nos períodos de plantio e colheita.

Nesse sentido, parcela desses trabalhadores expulsos do campo ficaram expostos a condição de boia-fria, compondo a mão de obra itinerante. Do ponto de vista social, a Modernização trouxe profundos desdobramentos, atingindo até mesmo a estrutura familiar, que ao contrário do período do café, se torna cada vez menor. Acerca desse processo José de Souza Martins, considera que:

O surgimento da legislação trabalhista no campo está associado a uma ampla expulsão de trabalhadores residentes e a sua conversão em trabalhadores assalariados temporários. Tais trabalhadores passaram a ser remunerados exclusivamente pelo tempo de trabalho e não mais pelo tempo de produção (incluindo aí o tempo em que o trabalhador não está diretamente envolvido na produção propriamente capitalista e que não pode ser definido como tempo de não trabalho) (...). (MARTINS, 1988, p. 83)

Se na cafeicultura o Paraná se tornou polo de atração populacional, a partir da década de 1980 o Estado passa para condição de dispensor, atingindo taxas negativas de crescimento (-3,32% ao ano, segundo IPARDES, 2010). Esses números são frutos do êxodo rural, ou seja, para os trabalhadores que foram excluídos do campo restou poucas opções, entre elas se adequar a outras atividades nas cidades ou migrar para outras áreas.

Na mesma dimensão que a Modernização expulsou também expropriou o homem da terra, quer dizer, o desenvolvimento desse novo modelo se fez acompanhar de unidades produtoras cada vez maiores, logo aqueles que não conseguiram acompanhar o processo técnico, aos poucos foram engolidos.

Essa concentração da terra foi motivada pelos programas de financiamento rural da época, sendo que os proprietários mais abastados tinham facilidades na obtenção de crédito, o que aumentou a desigualdade socioeconômica.

Tal processo transformou a configuração territorial do Norte do Paraná, sobretudo, por que devido ao modelo colonizador, a predominância nessa porção era por pequenas propriedades, as quais foram agrupadas e convertidas em unidades maiores, refletindo na deterioração da renda agrícola. (SILVA, 1981, p. 29)

Ao contrário do café, a Modernização se apresentou com um caráter celetista, em outras palavras, não chegou ao mesmo tempo e nem na mesma intensidade em todas as áreas. Desta forma, a parcela da região Norte composta por solos de terra roxa, oriundos do basalto foram mais mecanizadas e exploradas do que as áreas declivosas ou de domínios do arenito.

Destruídas as lavouras, o espaço liberado pelo café, num primeiro momento foi ocupado pelas lavouras mecanizadas de soja, trigo e milho, nas zonas de domínio dos solos derivados do basalto, conhecidos como terra roxa, ficando as zonas de domínio do arenito da Formação Caiuá para o desenvolvimento de lavouras de algodão, seguidas de pastagens tendo em vista a pecuária de corte. (NÓBREGA; SERRA, 2009, P 199)

Nesse sentido, a partir desse momento ocorre há diferenciação entre as regiões de acordo as características naturais, relegando aos estabelecimentos fisicamente impossibilitados de assumir um comportamento empresarial a condição de produtores de alimentos. Esse processo interfere diretamente na valorização da terra.

Com a Modernização o território do agronegócio se solidificou, o sistema produtivo se embasou no complexo agroindustrial e a lavoura passou a ser muito mais dependente do capital. Hoje, tudo que se produz se transforma em moeda, as relações humanas são substituídas pelas ações mercadológicas.

Essa conjuntura fez surgir de forma dialética outro território, esse embasado na resistência daqueles que ficaram a margem e enxergaram na luta pela reforma agrária a possibilidade de autonomia e retorno ao campo.

Nesse contexto, a partir da década de 1980, os conflitos rurais - que nunca deixaram de existir - se acirram no território paranaense, sendo desdobramento das disparidades sociais, da expropriação e da massa de camponeses desocupados que se formou com base na subordinação do campo ao capitalismo industrial urbano.

Nessa lógica, a organização desses trabalhadores passou a ser orientada pelo movimento religioso, embasado na teologia da libertação, cuja prioridade era combater as desigualdades nos países subdesenvolvidos.

Esse segmento ligado a igreja, deu origem a Comissão Pastoral da Terra, que se oficializa no Paraná no fim da década de 1970, frente a necessidade de se manifestar contra a forma como a questão agrária vinha sendo tratada. Sendo assim:

Podemos afirmar que a estruturação da CPT está diretamente ligada a dois fatores: primeiro, ao início do projeto de modernização que marginalizava os agricultores, fazendo deles uma vez mais objeto de meandros do poder dominante; segundo, à coragem dos próprios agricultores de se organizarem coletivamente, enquanto grupo social, desafiando o poder econômico-político. (VILLALOBOS; ROSSATO, 1996, p. 28)

A maior importância da CPT está relacionada com o trabalho político-pedagógico exercido, no sentido de orientar e agrupar as organizações camponesas, em torno de suas diferentes pautas de luta.

Nesse contexto, na década de 1980, vários movimentos de trabalhadores sem-terra se espalharam por todo o Estado, no geral eram organizações regionais, que não se articulavam nem comunicavam entre si.

Tal arranjo, fez com que ainda na década de 1980 surgisse uma outra proposta, seguida do objetivo de unificar a luta camponesa em prol do território da reforma agrária em uma única sigla, nasce assim o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

O diferencial desse movimento foi os mecanismos de luta, sobretudo o uso das ocupações de propriedades griladas, improdutivas, que contemplam relações de trabalho análogas à escravidão ou crimes ambientais.

A luta pela terra construída pelo MST é ampla e representativa na região Norte paranaense, são vários acampamentos, pré-assentamentos e assentamentos, cuja maioria se distribui pela porção Noroeste, o que se relaciona com as características naturais dessa área, que exercem influência sob o uso do solo.

No cerne dessa questão, a reforma agrária deve ser entendida como um processo, que precisa se constituir no tempo e no espaço, por meio de medidas que objetivem atender parte significativa da população expropriada do campo.

Até hoje, toda a construção em prol da reforma agrária no Brasil é fruto da resistência dos inúmeros trabalhadores sem-terra que organizados enquanto movimento social, lutam no limite da legalidade pela autonomia popular.

A luta desses camponeses passa por inúmeras questões, tais como a violência, em casos, cometida pelo próprio Estado, ou ainda a própria oposição de seguimentos da sociedade que enxergam esses trabalhadores de modo pejorativo, atribuindo título de invasores, baderneiros, entre outros.

Os avanços políticos alcançados pela resistência dos movimentos se solidificam nos assentamentos, por meio de procedimentos longos frente a necessidades urgentes. Atualmente a porção norte do Estado conta com o total de 99 assentamentos, porém além disso, há inúmeras famílias acampadas, que em casos, estão há extensos períodos esperando pela desapropriação e regularização de áreas. Certamente o maior prejudicado nesse processo são as camadas empobrecidas, tal como destaca Haracenko.

Os processos de reforma agrária no Brasil, que se transformaram em assentamentos, em sua maior parte, ocorreram pela via da conquista dos movimentos sociais. Isso implica um procedimento “demorado”, onde as discussões são muitas, mas as ações para uma reforma agrária viável ao pequeno produtor caminham a passos lentos. Esses “passos lentos” em que anda a reforma agrária contribuem para que o campo agrícola muitas vezes se tranforme num campo de batalha, pois a espera é longa e a necessidade, urgente. E quem perde é sempre a classe menos favorecida, ou seja, os trabalhadores. (HARACENKO, 2005, p.6817)

Os camponeses inseridos nessa conjuntura participam de dois processos de luta: a luta pela terra e a luta na terra, essa segunda fase se inicia sobretudo quando esses sujeitos estão sobre a propriedade, seja na condição de acampados ou já assentados. Essa luta não é menos densa que a primeira, pois há muitos fatores que para a agricultura capitalista são dispensáveis ou corrigíveis e para a reprodução camponesa são essenciais, tais como acesso a água, a energia elétrica, a fertilidade natural do solo, entre outros.

São essas facetas que tornam a trajetória desse povo tão cheia de resistência, ao mesmo tempo, são as condições históricas de desigualdade que dão o “tutano” necessário para que esses trabalhadores encarem a luta pela construção do território da reforma agrária, ainda que este se manifeste de maneira modesta, em vista das necessidades.

Nessa perspectiva, o território da reforma agrária se materializa à medida que enfrenta e desconstrói o território do agronegócio. Pensar em uma política de inclusão para o campo é deixar de favorecer a oligarquia brasileira, ir contra ao modelo colonial-exportador, corrigir os erros referentes as formas com que grandes porções de terras foram apropriadas ao longo da

história e sobretudo, beneficiar essa classe camponesa que apesar das dificuldades, resiste e se revela produtiva.

Considerações Finais

As relações de poder que permeiam a sociedade sempre se manifestaram no campo, sobretudo, pela imposição da força do capital que reorganizou o espaço e reestruturou o sistema produtivo, excluindo uma massa de pessoas, que obviamente, não assistiria esse processo de forma pacata.

Desta forma, território se conquista, e essa conquista é ininterrupta e baseada na resistência, é no território que a luta social se converte em espaço. Aos poucos esses homens da terra se organizaram e construíram movimentos, perceberam que clamar pela reforma agrária era o cerne da questão, entretanto não era o fim da jornada, junto com a justa repartição da terra vem a busca por um modelo produtivo mais consciente no contexto socioambiental, não submetido ao capital.

Neste bojo, aqueles que hoje somam a luta pelo território da reforma agrária, constroem formas de autonomia popular, ou seja, mesmo inseridos no modo de produção capitalistas não se subordinam a esse sistema, o que é perceptível ao analisar o quão diferente é a rotina laboral do camponês quando comparado ao trabalhador industrial urbano.

Nesse sentido, a luta pela terra é a porta de entrada, entretanto após a conquista do espaço de reprodução camponesa, se inicia outro processo constante, a luta na terra, na qual se somam elementos essenciais para esse modelo de agricultura. Mesmo com as barreiras, essa forma de produzir, que contrária ao sistema dominante, se revela como satisfatoriamente produtiva.

Referências Bibliográficas

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura Paranaense**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CMNP. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, São Paulo: Edjane, 1975, p 35 – 182.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios a Multiterritorialidade**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **O Processo de Transformação do Território do Noroeste do Paraná e a Construção de Novas Territorialidades Camponesas**. São Paulo: USP, 2007. 626 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **A História da Reforma Agrária e da Luta pela Terra no Noroeste do Paraná: Um Estudo de Caso em Querência do Norte** In: ANAIS DO ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo, 2005. p. 6814 – 6835.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar nesse verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis RJ: Vozes, 1988.

NÓBREGA, Maria Teresa; SERRA, Elpídio. **Noroeste do Paraná: a dinâmica da paisagem rural nas zonas de contato arenito-basalto**. Terra Plural, Ponta Grossa, v. 03, n.02, p. 197 – 213, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SERRA, Elpídio. **Os Primeiros Processos de Ocupação da Terra e a Organização Pioneira do Espaço Agrário do Paraná**. Boletim de Geografia, Maringá, ano. 10, n. 01, p. 61 – 93. 1992. .

SILVA, José Francisco Graziano da. **A Modernização Dolorosa – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VILLALOBOS, Jorge Guerra Ulisses; ROSSATO, Geovanio. **A Comissão Pastoral da Terra (CPT): notas da sua atuação no Estado do Paraná**. Boletim de Geografia, Maringá, v.14, n.01, p. 19 – 31, 1996.